

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARIBEL COSTA MOREIRA

**A DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE:
a presença dos estudantes com deficiência no ensino superior**

**Bagé
2015**

MARIBEL COSTA MOREIRA

**A DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE:
a presença dos estudantes com deficiência no ensino superior**

Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação de Lato Sensu Educação e Diversidade Cultural da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de especialista em Educação e Diversidade Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francéli Brizolla

**Bagé
2015**

MARIBEL COSTA MOREIRA

**A DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE:
a presença dos com deficiência no ensino superior**

Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação e Diversidade Cultural.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 19 de novembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Francéli Brizolla
Orientadora
(UNIPAMPA/Bagé)

Prof^a. Dr^a. Claudete da Silva Lima Martins
(UNIPAMPA/Bagé)

Prof^a. Ms. Aline Quintana Gonçalves
(SMED/Bagé)

Dedico este trabalho a todos os alunos com deficiência, principalmente aqueles que estudam no ensino superior e também a todas as pessoas que se dedicam e lutam pela Educação Inclusiva.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças para superar todos os desafios e dificuldades enfrentadas durante o tempo da Especialização em Educação e Diversidade Cultural.

A minha família que sempre esteve juntamente comigo me incentivando para que continuasse em frente e jamais desistisse.

A querida amiga e colega Gisele Farias que me deu um grande apoio para que eu permanecesse no curso.

A Prof^a. Dr^a Dulce Mari Voss, um anjo de luz, que Deus colocou em nossas vidas durante esse período de especialização.

Obrigada, por tudo!

“Pelo corpo passaram, e passam as
marcas que determinam a categorização
e a valorização desigual das pessoas”.

Stephen R. Stoer

RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como propósito apresentar uma pesquisa exploratória realizada na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/ Bagé - RS, onde investigamos sobre o processo de inclusão e exclusão dos alunos com deficiência no âmbito de sala de aula e nos demais espaços da instituição. Este estudo tem como propósito apresentar uma reflexão teórico-conceitual a partir das análises das informações fornecidas pelos participantes durante a coleta de dados. A coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário e também de uma entrevista. Portanto, por meio destes dois instrumentos de pesquisa percebemos quais razões e fatos contribuem para que ocorra a (in) – exclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior. Outra meta foi dar voz a estes estudantes a fim de identificarmos quais percepções e concepções de inclusão são apresentadas por eles e como estes se sentem na Universidade. Este estudo apresenta, ainda, uma discussão voltada à inclusão das pessoas com deficiência na Universidade, já que a presença destes alunos ainda é um dos grandes desafios no ensino superior, principalmente quando se trata da educação na perspectiva inclusiva.

Palavras-Chave: deficiência, inclusão, ensino superior.

ABSTRACT

This academic work aims to present an exploratory research at the Federal University of Pampa - UNIPAMPA / Bage - RS, where we investigate about the process of inclusion and exclusion of students with disabilities in the classroom context and in other areas of the institution. This study aims to present a theoretical and conceptual reflection based on analysis of information provided by participants during the data collection. Data collection was done by applying a questionnaire as well as an interview. So, through these two research instruments we realize what reasons and factors contribute to the occurrence of the (in) - exclusion of students with disabilities in higher education. Another goal was to give voice to these students in order to identify which perceptions and inclusion of concepts are presented by them and how they feel at the University. This study also presents a focused discussion on the inclusion of people with disabilities at the University, since the presence of these students is still a major challenge in higher education, especially when it comes to education in inclusive perspective.

Keywords: disability, inclusion, higher education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I: INCLUINDO OU EXCLUINDO OS “DIFERENTES”	13
1.1 A diversidade humana e a desvalorização das diferenças.....	13
1.2 A figura do deficiente na ótica das (in)diferenças.....	15
CAPITULO II: A DIFERENÇA COMO DIREITO: A INCLUSÃO DAS COM DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	18
2.1 Legislação e educação inclusiva: a inclusão dos estudantes deficientes no ensino superior	20
3 PERCURSO METODOLÓGICO	26
3.1 Dos procedimentos de investigação	26
3.2 Do espaço de realização da pesquisa	26
3.3 Os sujeitos envolvidos na pesquisa, procedimentos e instrumentos de coleta de dados	28
3.4 O cronograma	30
4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	31
4.1 Análise do questionário.....	31
4.2 Análise da entrevista	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICES	52
ANEXOS	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa compõe as atividades formativas do Curso de Pós-graduação em Educação e Diversidade Cultural, da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA – campus Bagé. Apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, em que se pretende subsidiar algumas discussões que já vêm sendo feitas a respeito da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. Neste estudo a principal meta foi investigar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na Universidade, no caso em tela, na UNIPAMPA [Universidade Federal do Pampa], campus Bagé.

Nossa proposta, além de objetivar contribuir com as discussões sobre a educação inclusiva no ensino superior, foi construída a partir dos seguintes objetivos específicos: a) investigar se os estudantes com deficiência se sentem incluídos ou não na Universidade e como é a convivência deles com os demais estudantes, servidores técnicos e docentes neste espaço; b) apresentar uma abordagem teórica baseada na perspectiva da educação inclusiva buscando valorizar a diversidade, a presença e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior; c) propor uma reflexão voltada à educação no ensino superior a fim de discutir algumas barreiras atitudinais como preconceito, estereótipo, estigmas e os paradigmas sociais excludentes que ainda são enfrentados pelas pessoas com deficiência nos espaços públicos.

Para realizarmos e cumprirmos os propósitos de nossa pesquisa, fomos provocados por algumas inquietações e questionamentos que, já há algum tempo, têm sido bastante pertinentes com relação à educação e a inclusão no ensino superior. Nossa problemática geral de pesquisa se orientou a partir dos seguintes questionamentos:

- os estudantes com deficiência do ensino superior se sentem incluídos por todos na Universidade?
- na opinião destes, a Universidade está preparada para recebê-los?
- qual é o conceito de inclusão a partir do ponto de vista de uma pessoa com deficiência?
- como é se sentir incluído ou excluído dentro da Universidade?

- quais as principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência nesse espaço?

- há algum tipo de deficiência que contribui mais do que as demais para a exclusão dos deficientes?

- dentro da Universidade, a deficiência é vista de forma natural ou como algo incomum?

- a presença das pessoas com deficiência na Universidade é algo positivo ou negativo?

- no ensino superior a deficiência é uma diversidade valorizada e respeitada considerando a diferença como atributo de todos os sujeitos?

Este estudo se caracteriza como um estudo de natureza exploratória e foi desenvolvido a partir de alguns procedimentos como: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (SELLTIZ, 1967 apud GIL, 2002, p. 41). Por essa razão, para a coleta de dados partimos de um questionário e de uma entrevista que foram realizados com alguns estudantes com deficiência matriculados no campus Bagé da UNIPAMPA.

Como comentado acima, a pesquisa buscou focar na perspectiva da pessoa com deficiência buscando dar voz a esse sujeito, pois na verdade isso está entre os direitos mais significativos que uma pessoa pode ter. É nosso dever ouvir e valorizar o ponto de vista do outro, principalmente quando se trata de um assunto que faz parte da realidade de vida de um determinado grupo social ou de determinada pessoa. Sendo assim, é de grande relevância dar ênfase à opinião e ao posicionamento das pessoas com deficiência diante da (in)-exclusão (STOER, 2004) nos lugares que elas vivem, principalmente, nos espaços públicos voltados à educação, como na escola e na Universidade.

Embora na atualidade se fale tanto sobre inclusão social, nunca será demais refletirmos sobre essa temática e considerarmos o direito que cada indivíduo tem de ser diferente e vivenciar sua diversidade. Vivemos em mundo com uma infinidade de espaços, pessoas e seres onde a diversidade se apresenta nas mais variadas formas e não podemos esquecer que, em razão disso, há tantos conflitos sociais como guerras, intolerância religiosa, preconceito racial e discriminação social, entre tantos atos e/ou situações que levam a exclusão de muitas pessoas.

Dialogar com a diversidade nunca foi e não é uma tarefa simples, pois o “diferente”, além de provocar estranhamento, causa choque que resulta em uma não aceitação/rejeição daquele sujeito. Mas, o problema não está no “diferente” e nem no “outro”, o impacto está na forma como nós, seres humanos, reagimos diante da diferença e é nesse sentido que se torna cada vez mais emergente a prática de estudos e pesquisas que busquem compreender e refletir as questões voltadas à diversidade humana numa visão multicultural.

Dentro da temática da diversidade há diversas linhas de pesquisas que podem ser exploradas, ou seja, existe uma infinidade de temas multiculturais para serem abordados. A diversidade e a inclusão são dois temas muito amplos e, para abordarmos sobre estes, é importante estabelecermos focos de atenção, pois a diversidade comporta um amplo espectro de situações, sem que se constituam num todo homogêneo; assim, nesse estudo nosso “recorte” é a educação inclusiva e a presença dos estudantes com deficiência no ensino superior.

A partir desses procedimentos é que pretendemos discutir e apresentar nossa pesquisa tendo como base teórica os estudos de Omote (2004), Rodrigues (2003), Goffman (1988), Stoer (2004), Gil (2002), Brizolla (2000), dentre outros. Para facilitar a compreensão e a leitura de nosso texto este estudo está dividido em cinco capítulos: o primeiro capítulo aborda o aspecto conceitual da dialética inclusão-exclusão dos “diferentes”; no segundo, é apresentada uma abordagem teórica voltada ao direito à/da diferença, considerando os movimentos políticos da inclusão e educação inclusiva. No terceiro e quarto trazemos, respectivamente, o percurso metodológico, a análise e apresentação dos resultados da pesquisa. E, por último, as considerações e conclusões finais deste estudo.

CAPITULO I: INCLUINDO OU EXCLUINDO OS “DIFERENTES”

Temos igualmente de reconhecer as diferenças culturais, a pluralidade de manifestações intelectuais, sociais, afetivas, enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e, por que não, planetária! (OMOTE, 2004, p. 117).

Vivemos em um tempo de muitas mudanças e também de reinterpretação no que se refere à educação, momento este que na verdade é caracterizado por uma crise de paradigmas sociais. Tal crise aponta que é hora de rompermos certas estruturas e focarmos um novo olhar sobre a inclusão e a educação, principalmente no que diz respeito à diferença do outro.

1.1 A diversidade humana e a (des) valorização das diferenças

A diversidade humana e o direito à diferença têm sido tema de debate em diversos espaços, pois vivemos em um mundo constituído por pessoas que apresentam diferenças culturais, sociais, religiosas, éticas, de gênero, entre outras. A diferença sempre foi tida como ponto inicial dos conflitos sociais que, por sua vez, contribuem mais ainda para que se fortaleça a indiferença entre os seres humanos. Na verdade, a diversidade precisa ser vista como especificidade humana e não como conflito, de acordo com Omote (2004):

[...] vivemos, em um ritmo acelerado, e perturbador, a consciência de que somos diferentes, pois temos pele, olhos, sexo, gênero, cabelos diferentes, hábitos, paladares, tradições, estilos de vida singulares. Somos diferentes de fato, mas queremos ser agora, também, diferentes de direito: *o direito de ser sendo diferente!* (OMOTE, 2004, p. 114)

Percebemos que, atualmente nossa sociedade passa por um processo de reflexão e de conscientização na tentativa de valorizar a diversidade, isto é, provocando um choque em muitos paradigmas sociais tidos como “verdades”. A exclusão “tornou-se paradigma a partir do qual a nossa sociedade toma consciência de si própria e dos seus disfuncionamentos, e procura, por vezes na urgência e na confusão, soluções para os males que atormentam”. (RODRIGUES, 2003, p. 39).

A desconstrução desses paradigmas começa a partir do surgimento dos movimentos sociais voltados para a igualdade de TODOS. Entre os diversos movimentos sociais, o de inclusão social surgiu na tentativa de combater os

paradigmas do preconceito e também de cumprir o papel de reivindicar os direitos das pessoas que, de alguma forma, sofreram ou ainda são alvos da exclusão.

Na contemporaneidade, no Brasil a educação passa por várias mudanças, isto é, uma série de tentativas que buscam a melhoria e a qualidade do processo educacional, tanto no ensino fundamental e médio, como também no ensino superior, nas mais variadas instituições, sejam elas privadas ou públicas. Neste sentido, estão as políticas de educação que buscam assegurar o direito e a igualdade de todos; destacamos a educação inclusiva que tem por meta valorizar cada indivíduo, respeitando suas diferenças.

Entre os documentos que apóiam essa ideia está a Política Nacional de Educação Especial (2008) mencionando a Lei nº 10.172/2001, em que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. (PNEE, 2008, p. 8). Assim, compreendemos que as políticas de educação inclusiva não se preocupam apenas com o fato da aceitação, mas com o reconhecimento e a valorização das diferenças, pois “*a diferença somos nós*” (RODRIGUES, 2003, p. 23).

Segundo Mantoan (2006), “o direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativa, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença” (p. 24). Portanto, para a autora, a identidade se refere ao que eu sou; sou mulher, sou negra, sou professora, é aquilo que me representa num determinado grupo na sociedade. Já a diferença é algo que se atribui ao outro do tipo: ele é deficiente, ele é negro, ele é religioso, ou seja, “é o que está sempre no outro”. (MANTOAN, 2006, p. 23).

A diferença aos olhos de muitas pessoas é algo “gritante”, na visão de muitos ela é tida como algo incomum e inaceitável diante de alguns padrões pré-estabelecidos na sociedade. Tudo isto colabora para que determinados sujeitos sejam alvos do preconceito, da intolerância ao ponto de serem excluídos por alguns grupos na comunidade por não se enquadrarem no status da normalidade. Na maioria das vezes a não aceitação da(s) diferença(s) do outro é transformada em preconceito, estigma, estereótipo ao ponto da eliminação e discriminação de certos grupos ou pessoas, resultando numa verdadeira exclusão social.

Ainda que tão presentes e determinantes para nossa evolução e entendimento do mundo que vivemos, os conceitos de *diversidades* e *inclusão* defrontam-se, no entanto, com grandes problemas quando se procuram transpor para o domínio da cultura e da educação (RODRIGUES, 2003). Partindo deste pressuposto se torna necessário refletir sobre as principais referências, legislações e lutas que registram o processo da inclusão social e a valorização das diferenças na perspectiva da educação inclusiva.

O processo de (in)-exclusão se expressa através de três paradigmas sociais (pré-moderno, moderno e pós-moderno) envolvendo diferentes lugares e fenômenos que se articulam de diversas formas. Nos lugares onde ocorrem estes paradigmas, está o lugar do corpo em que o paradigma pré-moderno delimita o processo de inclusão/exclusão a partir da sociedade. Para Stoer (2004) ser incluído na concepção do paradigma pré-modernista significa ter “um corpo apropriado pela comunidade, sendo a exclusão aquilo que escapa ao controle desta, isto é, aquilo que se perfila como estranho”. No paradigma moderno o corpo é normatizado na ótica médica e social, sendo “a exclusão um fenômeno que surge como da ordem de reabilitação, isto é, o corpo potencialmente recuperável”. Já o pós-modernista, o corpo incluído é aquele que se agencia a si próprio, enquanto o excluído é aquele que surge como não plástico, não moldável...” (p. 134). Portanto, a construção desses paradigmas acabou colaborando à concretização de mais desigualdades entre as pessoas, servindo apenas para a recusa do reconhecimento das diferenças como indiferenças.

1.2 A figura do deficiente na ótica das (in)diferenças

O antropólogo Erving Goffman, no livro *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, ao historicizar o estigma e a identidade social, aborda que os gregos criaram o termo estigma para se referirem aos sinais corporais que evidenciavam algum mal referente ao status moral. Esses sinais eram reconhecidos como cortes ou marcas com fogo; desta forma todo o indivíduo que tivesse um desses sinais possivelmente era um escravo, um criminoso ou um traidor e deveria ser evitado em lugares públicos. Na era cristã foram acrescentadas duas metáforas referentes ao estigma; uma delas referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. O

estigma foi e ainda é usado de maneira um tanto semelhante ao sentido de marca, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 6).

O estigma traz consigo a marca do estranhamento. A pessoa com estigma é, frequentemente, considerada pelos ditos “normais” como um estranho, e o estigmatizado sente-se não pertencendo a determinados grupos. O estigma está fortemente relacionado entre o atributo e o estereótipo, sendo que há três tipos de estigmas e entre eles está à abominação do corpo.

Por muitos séculos, as pessoas com deficiência foram rotuladas como alvo de algum castigo. Na modernidade, os deficientes ganharam uma identidade construída pela ciência médica, que via a deficiência como patologia, que nada mais era do que o afastamento do padrão mais frequente, considerado normal. O anormal ou patológico era “definido por um excesso ou uma falta em relação ao estado considerado normal, deixando de lado fatores qualitativos envolvidos na diferença constatada, ao mesmo tempo em que lhe era atribuído um valor negativo”, (CANGUILHEM, 1990 apud ALCOBA, 2008, p. 3).

A deficiência era vista como um dano no corpo, como algo indesejável de acordo ao padrão da normalidade. Nos sistemas educacionais havia uma visão clínica que buscava uma normalização para funcionamento “normal” do corpo. Para Stoer (2004), entre os cinco lugares de impacto da exclusão social, um deles é o corpo; pelo corpo passaram, e passam, as marcas que determinaram a categorização e a valorização desigual das pessoas. Este mesmo autor vai dizer que, “no corpo não só seguiram e se reproduziram os caminhos da exclusão, mas também foram criadas formas particulares, por vezes discretas e capciosas, de exclusão” (STOER, 2004, p. 33). Desta forma, compreendemos que há tipos de exclusão que encontram sua razão no corpo, por exemplo, o caso das pessoas que não são aceitas por causa da deficiência.

Por longos tempos, ser deficiente significava “portar algo” que não era aceito pelos padrões ditos “normais” pela sociedade. As pessoas com deficiência eram rotuladas como incapacitadas, defeituosas, estranhas, doentes, mongolóides, entre outros; em suma o resultado disso foi a exclusão total dos deficientes no meio da sociedade. Bianchetti (1998), ao abordar sobre a sociedade espartana, afirma que: “se, ao nascer, uma criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada” (p. 29).

Os denominados “diferentes”, na visão de uma sociedade totalmente excludente, eram considerados:

- 1) seres inferiores, porque inúteis e incapazes de tomar decisões por si mesmas, portanto indignos de respeito humano; 2) seres contagiosos, sendo assim, sendo preciso tomar cuidado na aproximação, pois são perigosos; 3) seres que estão sofrendo alguma punição divina por algum pecado cometido (SATOW, 1989 apud BRANCATTI, 2001, p. 93).

Portanto, a deficiência era vista como um castigo, como algo provocado pela ira divina, em razão disso, estes indivíduos eram discriminados, marginalizados e estereotipados. As formas de discriminação eram tantas que, em razão da deficiência, muitas crianças eram mortas ou isoladas pela própria família, por se diferenciarem das demais, cresciam totalmente separadas da sociedade apenas convivendo com a família. Todo esse processo contribuiu para maioria dos casos de exclusão social que encontramos atualmente, inclusive, a baixa escolaridade das pessoas com deficiência, uma vez que as mesmas não acessaram a escola em razão desse isolamento social que por muitas décadas era visto como solução.

Segundo uma matéria publicada no Jornal Estadão de São Paulo, em 29 de junho de 2012¹, o Censo 2010 mostra que ainda há diferença significativa no nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e a população geral. Segundo os dados divulgados, 61% da população com 15 anos ou mais com deficiência não tem instrução ou, apenas, o ensino fundamental incompleto, esse percentual cai de 38,2%. Esta diferença é resultado do prolongado histórico de exclusão vivido pelas pessoas com deficiência, ou seja, mesmo com oferecimento de vagas para estas pessoas nas escolas, certamente a insegurança, a discriminação e o fracasso escolar são os maiores vilões que estão por detrás desses percentuais.

¹ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-45-6-milhoes-de-deficientes,893424>. Acesso em: 01 de Outubro de 2015.

CAPITULO II: A DIFERENÇA COMO DIREITO: A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Após a Segunda Guerra Mundial, a inclusão das pessoas com deficiência ganhou forças quando, em 1948, se instaura uma nova concepção voltada à elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU.

A partir daí, cada indivíduo começa ser visto como sujeito de direitos, isto é, “os direitos humanos passaram a ser vistos como uma unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada, do interesse de todas as nações” (ALCOBA, 2008, p. 1). Baseando-se numa concepção com uma ótica de integração social surgiram então, as instituições e movimentos em defesa dos direitos humanos na maioria dos países, que aos poucos foram estimulando e pressionando a construção de legislações, incluindo as que se referem à proteção e aos direitos das pessoas com deficiência.

Em 1969, surgiram nos países nórdicos os movimentos a favor das crianças com deficiência, mas isto não se referia à inclusão total, mas apenas a inserção delas em classes especiais e grupos para deficientes. Esta tentativa não foi suficiente para garantir a inclusão das pessoas com deficiência, pois ela só garantia a inserção delas em alguns grupos e na minoria das escolas.

No Brasil, em 1989 se instituiu a Política de integração da Pessoa Portadora de Deficiência, por meio da Lei nº 7.853, garantindo à pessoa com deficiência os direitos básicos, incluindo o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, entre outros, propiciando o bem-estar pessoal, social e econômico (Art. 2º).

É bom salientar que neste mesmo decreto, no Art. 3º do capítulo I, considera-se: “deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999, p. 1). Isto é, mesmo visando os direitos e a integração da pessoa deficiente, ainda assim há no documento um discurso equivocado voltando-se ao deficiente como um sujeito anormal que tem uma perda física, psicológica ou mental.

Graças aos muitos debates e as valiosas reflexões sobre a definição do termo deficiência, em julho deste ano foi aprovada a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual traz em seu Art. 2º do capítulo I a seguinte redação: considera-se deficiente aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na década anterior, por meio da Declaração de Salamanca (1994), já havia sido indicada a construção de um sistema educacional inclusivo, prioritariamente no que se refere à população de alunos com necessidades educacionais especiais. Entre os princípios fundamentais desta política defende que “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem”. Portanto, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos proporciona muitas reflexões baseadas na inclusão social, principalmente no que se refere a este processo, desde a escola até o ensino superior.

A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sócios gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade assim a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, e a sociedade se adapta a suas limitações. (SASSAKI apud TOFANI, 2009, p. 23)

Essa concepção, não gira só em torno de inserir, isto é, a inclusão vai além da inserção², ela tem um objetivo maior que é o de incluir a todos. Outro aspecto muito importante é diferenciar a integração da inclusão, pois na primeira, tudo depende do aluno e ele é que tem que se adaptar buscando alternativas para se integrar, ao passo que, na inclusão, o contexto deverá modificar-se e preparar-se para receber o aluno com deficiência. Considerando este fato, se torna de grande importância pensar na realidade vivida pelas pessoas com deficiência dentro das

² “O objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído (...) a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2006, p. 19).

escolas, das universidades e nas demais instituições educacionais, principalmente quando ocorre a interação face a face.

O movimento da inclusão envolve “um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com um objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a toda gama de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola” (MITLER, 2003, p. 25). Desse modo, entendemos que a inclusão na educação tem por meta atender os estudantes com deficiência física, os que têm comprometimento intelectual, os superdotados, todas as minorias e a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Sendo assim, a educação inclusiva tem por meta dar prioridade ao atendimento e à educação de pessoas com deficiência, sem exceção. Já é tempo de garantir o direito de ser sendo diferente, de todos os alunos e de reconhecer a exclusão não apenas dos que já estão nas escolas, mas aqueles que estão fora, por tudo o que elas têm de injusto e discriminador (OMOTE, 2004). Tomando por base uma visão que se refere à concepção das políticas de educação inclusiva, a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.

2.1 Legislação e educação inclusiva: a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior

Com a Declaração de Salamanca (1994), foi determinada a construção de um sistema educacional inclusivo, prioritariamente no que se refere à população de alunos com necessidades educacionais especiais. Entre os princípios fundamentais desta política se defende que “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem”. Neste sentido, entendemos de acordo com a concepção de Rodrigues (1998) que a responsabilidade da inclusão de um estudante com necessidades especiais - NE é de toda a comunidade escolar e representa uma oportunidade, um objetivo para que a universidade não caminhe para um grupo de pessoas sozinhas.

Nas bases da Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, está previsto que deve ser assegurada a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com

participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior (PNEE, 2008).

Essa diretriz legal-normativa está prevista na estrutura da educação nacional, por meio dos seguintes documentos históricos:

Dentre as políticas de incentivo à inclusão no ensino superior, destacamos:

(a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – artigos 206 e 208;

(b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), artigos 58 a 60, Capítulo V, que assegura aos deficientes o direito à educação especial até o Atendimento Educacional Especializado – AEE, organizado no ensino comum evoluindo da concepção da LDB anterior, qual seja, “educação de excepcionais” que poderia enquadrar-se no “sistema geral de educação”;

(c) Decreto 5296/04 – Decreto da Acessibilidade, o qual determina e dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. Cabe ressaltar este decreto tem grande importância, pois através dele se conquistam as providências de acessibilidade para os sujeitos que apresentem deficiências físicas e sensoriais;

(d) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida no ano de 2008, apontando a inclusão escolar como diretriz da política educacional brasileira;

(e) Decreto 7611/2011, que estabelece o Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência, desde a educação infantil à educação superior; e, por fim e mais recentemente,

(f) Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na qual está estabelecido que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Capítulo IV, do DIREITO À EDUCAÇÃO, artigos 27, 28 e 30).

Quanto à inclusão no ensino superior, temos amparos legais como o Aviso Circular n. 277/MED/GM, de maio de 1996, que trata sobre Adequação das IES – Instituições de Ensino Superior para o Acesso das Pessoas com Deficiência; a Portaria n. 3.284/03, sobre Requisitos de Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência e, mais atualmente, o Documento Orientador Programa INCLUIR – Acessibilidade na Educação Superior (SECADI/SESu-2013).

Nos anos 2000, especificamente em 2006, a ONU deflagra a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegurando que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da inclusão plena. Percebemos que os objetivos da Convenção incluem o ensino superior, já que o propósito é garantir a educação em todos os níveis.

De uns anos para cá, em razão do crescente desenvolvimento de nosso país, um dos objetivos e iniciativas do governo federal, requer uma considerável ampliação de vagas na educação superior³. Através do programa Universidade para Todos (Prouni)⁴ - a ideia é capacitar a população para as exigências atuais do mundo produtivo, cada vez mais permeado por novas tecnologias, e para a redução das desigualdades que, sem ampliar a qualificação da população, só vão se aprofundar. Cabe destacar que, nos critérios de participação do Prouni, o candidato deve satisfazer pelo menos uma das condições em destaque abaixo:

- a) ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- b) ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola;
- c) ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada;
- d) ser pessoa com deficiência;

³ Fruto do Reuni: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil, 2007.

⁴ O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.

e) ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda.

Analisando os critérios para participação do Programa percebemos que nas exigências o candidato deve preencher pelo menos uma delas, se o candidato for deficiente, ele tem o direito de participar do processo seletivo do Programa. Isso demonstra que entre as metas do Prouni está a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, já que uma das emendas do Programa é a “Universidade para Todos”, sem exceção.

O gráfico a seguir apresenta dados importantes conforme o censo de matrículas dos estudantes com deficiência no ensino superior entre os anos 2000 e 2010:

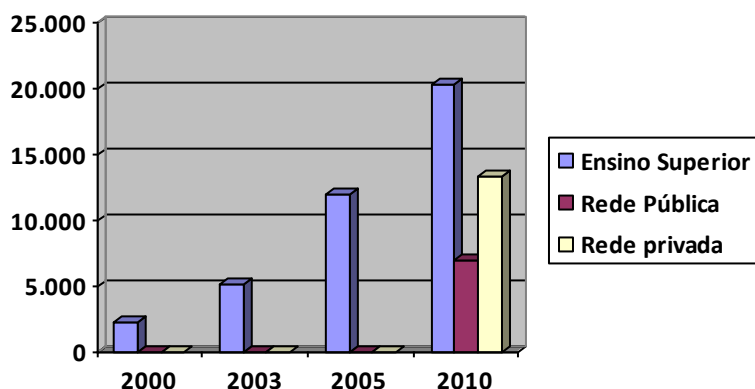


Gráfico 1: Dados referentes às matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais.
Fonte: MEC/INEP.

O Censo das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na educação superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos. A quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010, sendo que 6.884 desses alunos são da rede pública e 13.403 da rede privada. Segundo os dados do Censo Escolar, no Brasil, houve um aumento de matrículas de alunos com deficiência, em 2014, mais de 698 mil estudantes estavam matriculados em classes comuns, o percentual subiu para 93% em escolas públicas. Esses dados

censitários são extremamente importantes, pois revelam uma inversão de paradigma de atendimento educacional para as pessoas com deficiência.

Segundo Brizolla (2000) a educação especial no Brasil expandiu-se:

[...] com a criação de entidades filantrópicas assistenciais e especializadas, destinadas à população procedente das classes sociais menos favorecidas; por outro lado, na rede privada surgiram clínicas e escolas dedicadas ao atendimento de pessoas com deficiência oriundas dos estratos sociais superiores, com grande expansão nas décadas de 60 e 70. Paralelamente à expansão das instituições assistenciais, a educação especial pública ampliou-se com as escolas e classes especiais, na década de 70; porém, a oferta de vagas era insuficiente tanto na rede pública quanto na privada. Para CASTRO, existiu sempre uma ambigüidade em termos de legislação na educação especial brasileira o que, em sua opinião, tornou possível que esta área se tornasse um sistema à margem do sistema educacional. Assim institucionalizada, operacionaliza-se segundo um enfoque mais terapêutico do que propriamente escolar, dando continuidade à tendência inicial da educação de deficientes. (BRIZOLLA, 2000, p. 38).

Atualmente as Universidades estão frente ao desafio do cumprimento dos referidos marcos legais abordados. Tal cumprimento se efetiva por meio de atendimento institucional a requisitos legais caráter regulatório, pelos quais é registrado cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da instituição. É dever de cada instituição esclarecer se tais requisitos são atendidos ou ainda não atendidos, sendo que os itens são de atendimento obrigatório.

Anteriormente a isso, a legislação específica para assegurar às pessoas com deficiência física e sensorial condições básicas de acesso e permanência na educação superior surgiu em 1999, com a Portaria n.º 1.679, que incluiu requisitos de acessibilidade nos instrumentos de avaliação dos cursos de nível superior, listados no mesmo documento.

No documento atual de avaliação de cursos de graduação⁵, dentre os dezessete itens do documento enviado pelo Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP⁶, destacamos o item 4, que aborda e questiona a acessibilidade na instituição:

⁵ Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2011/01/GUIA-RECONHECIMENTO-DE-CURSOS-VERS%C3%83O-20152.pdf> e http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2012/09/instrumento_com_alteracoes_maior_12.pdf. Acesso em 30 outubro 2015.

⁶ É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que realiza levantamentos estatísticos e avaliações em todos os níveis e modalidades de ensino; e também a organização e avaliação periódicas ensino superior brasileiro.

Texto 4. Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos, N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

O Decreto 7.611/11 propõe o Atendimento Educacional Especializado e outras providências relativas à acessibilidade pedagógica (currículo). Segundo Brizolla (2014), este decreto também se manifesta sobre a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior: “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRIZOLLA, 2014, p. 9).

A universidade é um espaço social permeado e constituído por um público advindo de etnias, raças, religião e pontos de vista diferentes, ou seja, cada um com sua diversidade. Pensando nessas diferenças, é importante analisarmos de que forma ocorrem as relações entre os alunos nesse ambiente. Como em todo ou em qualquer lugar, seja ele público ou privado, a escola envolve várias pessoas e, nesse envolvimento alguns confrontos podem ser gerados principalmente no que se refere à diferença do outro.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A proposta metodológica adotada para o procedimento deste estudo é de caráter qualitativo e foi desenvolvida por meio de um estudo de campo de natureza exploratória ⁷ (Gil, 2002).

3.1 Dos procedimentos de investigação

Os procedimentos de nossa pesquisa ocorreram por meio da coleta de dados; a primeira etapa foi realizada através de um questionário e, a segunda, ocorreu por meio de uma entrevista que adensou a compreensão dos achados iniciais do questionário. Este dois métodos conjugados de coleta dados se deram por meio de questionamentos que objetivaram compreender e diagnosticar se há inclusão ou exclusão das pessoas com deficiência na Universidade e quais fatos/situações contribuem ou interferem na compreensão e prática desta política dentro da Universidade.

No trabalho de pesquisa, foram consideradas três variáveis de trabalho:

- 1ª. tempo de curso destes alunos na Universidade, como ingressantes ou concluintes;
- 2ª. tipo de deficiência;
- 3ª. tipo de curso (licenciatura ou bacharelado).

3.2 Do espaço de realização da pesquisa

A Universidade de pesquisa foi anunciada em junho de 2005, pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Mediante um consórcio com a Universidade de Pelotas (UFPEL) e com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em janeiro de 2008 ocorreu o processo de criação da UNIPAMPA. Atualmente esta Universidade conta com dez *campi* nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, sendo que em Bagé está localizada a sede da instituição e também a reitoria⁸.

⁷ De acordo com Gil, a pesquisa de natureza exploratória é planejada a partir dos seguintes procedimentos: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (SELLTIZ, 1967 apud GIL, 2002, p. 41).

⁸ Conforme <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>.

A instituição conta com 63 cursos de graduação oferecidos nos turnos diurno e noturno que abrangem todas as áreas do conhecimento. O campus da Unipampa – Bagé⁹ oferece onze cursos, sendo cinco engenharias, seis licenciaturas além dos cursos de mestrado e pós-graduações: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Engenharia de Produção e Engenharia Química e Licenciaturas em Física, Letras - Línguas Adicionais Inglês e Espanhol e Respectivas Literaturas, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Matemática, Música e Química.

Conforme informações institucionais,

O ensino proposto pela Unipampa se propõe a realizar uma “ação pedagógica inovadora, centrada na realidade dos contextos sociocultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida”, como consta no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (p. 29). Para isso, a política de Graduação da Unipampa adota como princípios:

- Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
- Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- Consideração do discente como sujeito no processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.
- Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação;
- Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional (UNIPAMPA, 2015).¹⁰

Nos dez *campi* da UNIPAMPA estão matriculados cerca de 11.000 estudantes, sendo que 117 são alunos com algum tipo de deficiência.

⁹ Disponível em http://porteiros.unipampa.edu.br/bage/index.php?option=com_content&view=article&id=2305&Itemid=178 . Acesso em 30 outubro 2015.

¹⁰ Disponível em <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/graduacao>. Acesso em 30 outubro 2015.

3.3 Os sujeitos envolvidos na pesquisa, procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Os sujeitos dessa investigação são os estudantes com deficiência matriculados no campus Bagé. De acordo com os dados e informações fornecidos pelo NInA - Núcleo de inclusão e Acessibilidade, inserimos tabela abaixo com os tipos de deficiência dos estudantes mencionados:

Tabela nº1: Quantidade de alunos conforme o tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Número de alunos
Visual	5
Múltipla	1
Física	6
Auditiva	4
Cegueira	2
Tipos de deficiência: 5 (cinco)	Total: 18 (dezoito)

Fonte: Coordenação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NInA. UNIPAMPA, Bagé/RS.

No entanto, dos 18 estudantes com deficiência do *campus* Bagé, dois trancaram a matrícula, sendo que agora o total é 16 (dezesesseis) alunos. Desses, apenas 4 (quatro) se dispuseram a participar da pesquisa. Dentre os quatro participantes, dois são alunos da Engenharia e dois das Licenciaturas, sendo essa a amostra que foi possível contemplar o universo de possibilidades.

O contato com os participantes da pesquisa ocorreu por meio de emails, já que este era um dos meios mais rápidos e práticos para as análises e conclusão da pesquisa. Outra razão pela escolha do correio eletrônico diz respeito à dificuldade de encontros presenciais com os pesquisados, visto que essa pesquisadora não reside em Bagé; assim atividades profissionais da pesquisadora, horário de aula dos estudantes, necessidade de compatibilização de horários, foram alguns elementos que impediram a coleta de dados presencialmente.

A coleta propriamente dita consistiu das seguintes fases: na primeira ocorreu a aplicação do questionário e na segunda a entrevista. O período de realização de todo esse procedimento foi de setembro a outubro de 2015.

No email de convite para a participação da proposta foi enviado em anexo o termo de Consentimento Livre Esclarecido e também o link¹¹ pelo qual cada participante poderia acessar rapidamente o questionário e participar da pesquisa.

Quanto à entrevista, instrumento utilizado para adensamento da pesquisa, o primeiro contato ocorreu por telefone onde ocorreu um agendamento para a coleta, sendo que no momento dessa o acompanhante da participante leu e assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCL.

Para melhor compreensão na descrição dos dados coletados e posterior análise, cada participante será representado por uma sigla, visando também a preservação da identidade, conforme dados da tabela abaixo:

Tabela 2: Caracterização dos participantes para análise

Deficiência	Siglas de caracterização dos participantes
Visual	DV1 - Deficiente Visual
Visual	DV2 - Deficiente Visual
Física	DF - Deficiente Físico
Cegueira	DC - Deficiente com Cegueira
Observação: Os números 1 e 2 servem para diferenciar os participantes, já que ambos tem a mesma deficiência.	

No entanto nossa meta é discutir e analisar o corpus obtido em cada coleta de dado, sendo que a opinião e posicionamento de cada informante são considerados de grande importância para nossas discussões, reflexões e conclusões. Observa-se que dos cinco tipos de deficiências apresentados na tabela 1, dentre os quatro participantes identificamos três casos diferentes de deficiência, sendo que dois alunos apresentam a mesma deficiência. Mesmo que tenhamos alcançado um número pequeno de participantes, tivemos o registro de mais da metade dos tipos de deficiência, conforme descrito nos registros na tabela 2. Dentre os cinco tipos de deficiência registrados no campus Bagé, somente nos casos de deficiência auditiva e de deficiência múltipla não tivemos sujeitos representados na pesquisa. Esses dados são satisfatórios, já que uma das variáveis de nossa pesquisa procura compreender se a inclusão ou exclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior está relacionada ao tipo de deficiência.

¹¹ <https://docs.google.com/forms/d/1EbnH52g2ZPWWiD1tA4rmaL409B-UqatSi1CWfgRa6s/viewform>

3.4 Do cronograma

O presente estudo teve início no mês de março onde se iniciou as primeiras leituras até o fechamento da análise e conclusão da pesquisa. No mês de maio foi realizada a apresentação para a banca de qualificação dos projetos de pesquisa. O desenvolvimento do projeto em estudo ocorreu a partir do mês de junho até outubro do presente ano. E por fim, o fechamento das análises, entrega do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, defesa e avaliação da banca examinadora, no mês de novembro de 2015.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Esta é a parte central do presente estudo, onde será apresentada a análise proveniente das informações obtidas durante nossa pesquisa e da interpretação dos dados, a partir de abordagens teóricas que sustentam as reflexões referentes à temática estudada. O *corpus* da análise foi extraído do questionário *online* e também de uma única entrevista individual com uma aluna com cegueira, totalizando quatro participantes. No primeiro momento apresentaremos a análise do corpus do questionário e, em segundo lugar, analisaremos a entrevista.

As iniciativas para a inclusão de alunos com deficiência nos cursos de nível superior ainda são muito recentes, é natural nos depararmos com obstáculos de todo tipo. Porém, grande parte das discussões sobre esse tema destaca as barreiras atitudinais e pedagógicas encontradas na interação com os docentes, no processo de ensino-aprendizagem, apontando-as como o obstáculo mais importante para a inclusão dos alunos com deficiência, mais significativo que as barreiras físicas. Porém, consideramos que seria muito prematuro concordarmos com essas afirmativas a priori, pois só saberemos de fato quando ouvirmos ou dermos voz às pessoas com deficiência para que as mesmas exponham suas experiências. As pessoas com deficiência buscam afirmação e querem ser ouvidas, como outras vozes da minoria, que precisam ser consideradas em uma sociedade democrática, como a que hoje vivemos neste país. (OMOTE, 2004, p. 119).

É na tentativa do reconhecimento e da valorização do ponto de vista do aluno com deficiência incluído ou excluído no ensino superior que faremos as análises nos próximos subtítulos que serão apresentados a seguir.

4.1 Análise do questionário

O questionário foi dividido em quatro partes; na primeira estão os dados de identificação (idade, sexo, naturalidade e tipo de deficiência). Na segunda, solicitam-se os dados de identificação e de desenvolvimento acadêmico (curso, ano de ingresso e semestre atual). A terceira parte se refere ao bloco de questões de múltipla escolha e, na última, está o bloco de questões abertas.

Para favorecer a compreensão do leitor apresento, no quadro que se segue, os sujeitos da pesquisa com algumas de suas características, conforme solicitado na primeira e segunda parte do questionário:

Idade	Sexo	Cidade	Curso	Semestre	Caracterização
18	M	Bagé-RS	Eng. Computação	2º	DV1
18	M	Bagé-RS	Eng. Computação	2º	DV2
50	M	São Gabriel-RS	Lic. Letras	4º	DF
24	F	Nonoai-RS	Lic. Música	4º	DC

Sendo assim, em nossa pesquisa temos três participantes do sexo masculino, dois são do curso da Engenharia de Computação, possuem deficiência visual, estão no segundo semestre de curso, são naturais de Bagé-RS e ambos têm 18 anos de idade. O terceiro participante é da Licenciatura em Letras, está no quarto semestre, tem 50 anos, é natural de São Gabriel-RS e tem deficiência física. Já a única participante do sexo feminino tem 24 anos, está no quarto semestre do curso de Licenciatura em Música, é cega e natural de Nonoai-RS.

No primeiro momento serão apresentadas as respostas de cada participante, através de quadros demonstrativos para facilitar o leitor, sendo que no final será apresentada análise geral das dez questões do Bloco de múltipla escola.

ANÁLISE 01: **Questões de múltipla escola**

QUESTÃO 1: O curso que você está cursando foi sua primeira opção de escolha para ingressar na UNIPAMPA?

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
Sim	X	X	X	X
Não				

QUESTÃO 2: Durante o tempo em que você está na UNIPAMPA, você observa que a Universidade é um espaço onde se constrói amizades?

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
Sim	X	X		X
Não			X	

QUESTÃO 3: Normalmente você costuma se relacionar mais com os:

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
Amigos	X			

Familiares			X	
Colegas		X		
Outros				X
Comentário DC : familiares, amigo e colegas minha relação é ótima com todos.				

QUESTÃO 4: Na UNIPAMPA, com quem você teve mais facilidade para fazer amizade:

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
Colegas	X	X		
Servidores técnicos			X	
Professores				
Outros				X
Comentário DC : Não se pode dizer que tem diferença de pessoas fiz amizade com todos.				

QUESTÃO 5: Como você avalia o relacionamento com os colegas, servidores técnicos e professores da Universidade com você?

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
Ótimo	X	X	X	X
Bom				
Satisfatório				
Prefere não comentar				

QUESTÃO 6: Dentre os seguintes itens, qual(ais) o(s) que você considera como um desafio na Universidade, no seu dia a dia:

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
O relacionamento com os colegas				
O relacionamento com os professores		X	X	
Acessibilidade	X			X
Outros				

QUESTÃO 7: Alguma vez você já sentiu excluído dentro da Universidade?

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
Sim			X	
Não	X	X		X

QUESTÃO 8: Se você foi vítima de exclusão na Universidade. Se achar oportuno, favor comentar a situação vivenciada:

Comentário	DF : Por ser mais velho tenho outro ritmo de vida
-------------------	--

QUESTÃO 9: Em sua opinião, a UNIPAMPA apresenta uma boa estrutura de acessibilidade, com rampas, elevadores, materiais adaptados, espaços prioritários/adaptados, entre outros?

Respostas	DV1	DV2	DF	DC
Sim				
Não				
Em parte	X	X	X	X

QUESTÃO 10: Comentários sobre acessibilidade

Participantes	Respostas
DV1	Dentro da Universidade é uma coisa, mas fora é outra coisa.
DV2	Na parte de fora do campus precisa melhorar a iluminação.
DF	Estacionamento para portadores fica distante do prédio.
DC	A Universidade está se adaptando como pode o Nina corre atrás.

Numa primeira análise global do bloco, observamos que todos os participantes estão cursando o curso de sua primeira opção, isto é considerado muito significativo. O fato dos participantes estarem matriculados no curso de primeira opção, de certa forma já permite que eles se sintam bem com relação à formação pretendida/escolhida e um pouco mais incluídos na Universidade.

Ao contrário da concepção dos demais participantes, apenas o DF acredita que a Universidade não é um espaço onde se constrói amizades, talvez uma das barreiras enfrentadas por ele seja o fato dele se sentir mais velho, na visão desse aluno a idade seja um problema no momento da interação com os demais.

Na quarta questão, dois participantes admitem ter mais facilidade de se relacionar com os colegas; outro afirmou que no caso dele foi mais fácil com servidores técnicos e a última participante afirma que construiu amizade tanto com os colegas, como com os professores e também com os servidores técnicos. Pelas respostas dos participantes, observa-se que na Universidade há uma interação entre os alunos deficientes e os colegas ou vice-versa, pois a maioria aponta ter tido facilidade neste relacionamento.

A respeito do relacionamento com os servidores pelo número de respostas parece que não há problemas. O mais preocupante é que somente um participante mencionou ter tido facilidade de fazer amizade com os professores, o que parece que ainda há problemas a respeito deste relacionamento professor/aluno ou aluno/professor. O importante é que todos reconhecem que tem um ótimo

relacionamento conforme sua afinidade se é com os colegas, com servidores técnicos ou com os professores.

Entre os principais desafios no dia a dia na Universidade, metade dos participantes afirma que é a acessibilidade e outra parte afirma que é o relacionamento com os professores. Percebemos que as barreiras arquitetônicas ainda fazem parte do dia a dia dos estudantes com deficiência e a interação com o professor ainda é preocupante, pois se esta relação não for aberta, isso dificulta muito para o aluno. Para alguns professores o relacionamento com o estudante com deficiência seja uma barreira muito difícil por não saberem lidar com situação.

Conforme o documento Marcos Políticos e Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), “o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (p. 72). Mesmo com a existência destas políticas, há diversos posicionamentos com relação à presença das pessoas com deficiência nas escolas e nas instituições. Em situações como estas entendemos que a:

(...) razão principal por que pessoas não estigmatizadas evitam os que são estigmatizados não é devido a um forte desagrado, mas sim porque eles ficam confusos em relação a seus próprios sentimentos. A confusão se origina do fato de que as pessoas não estigmatizadas mantêm sentimentos tanto negativos quanto positivos em relação aos que são estigmatizados. (GIBBONS, 1986 apud GLAT, 2006, p. 37).

De fato, isso pode influenciar no momento da interação com o estudante com deficiência causando desconforto; talvez, para alguns deles, este convívio seja considerado como uma situação difícil e complicada, isto é, este desconforto é causado pelos velhos estigmas sociais que ainda não foram quebrados.

A maioria dos participantes demonstrou que não se sente excluído dentro da Universidade, há apenas um caso em que o aluno afirmou que foi excluído por ser mais velho e por não ter o mesmo ritmo dos demais. Neste caso, observamos que a exclusão do aluno DF está mais relacionada à idade do que a própria deficiência. Cabe lembrar que o aluno DF tem 50 anos, isto é, ele ainda não é idoso, mas se sente rejeitado pela idade dando a impressão de se sentir estereotipado pela faixa

etária. Assim, surge no estigmatizado “a sensação de não saber aquilo que os outros estão "realmente" pensando dele”. (GOFFMAN, 189, p. 16).

As questões 9 e 10 complementam uma a outra, pois ambas se referem à acessibilidade na Universidade. Na questão 9, todos responderam a opção “Em parte”, isso quer dizer que a Universidade ainda não apresenta uma boa estrutura de acessibilidade, ou seja, ainda há algumas coisas precisam melhorar.

A maioria apresentou críticas a respeito da parte externa da Universidade; dentre os problemas apontados está a melhoria da iluminação na parte de fora do prédio e a distância do prédio até o estacionamento para deficientes. Um dos participantes diz que a Universidade está passando por um processo de adaptação e que o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NInA está fazendo o possível para que ocorra a acessibilidade na Universidade. Isto vai ao encontro das concepções de Brizolla (2014), afirmando que o Decreto 7.611 também se manifesta sobre a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior: “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRIZOLLA, 2014, p. 9).

A respeito de a Universidade estar se adaptando conforme “pode”, isso tem a ver o cumprimento dos requisitos legais e normativos, de caráter regulatório, pois atualmente está sendo exigido como dever das instituições esclarecerem algumas exigências. Entre os requisitos está a acessibilidade, isto é, a instituição tem dever de demonstrar se estes estão sendo atendidos ou não atendidos, sendo que os itens são de atendimento obrigatório.

ANÁLISE 02: Questões abertas

A segunda análise está baseada no bloco de questões abertas, composto por seis questionamentos, a fim de perceber o ponto de vista dos estudantes com deficiência referente aos processos de (in)-exclusão na Universidade. Portanto, nas próximas análises focaremos nas falas dos alunos com finalidade de perceber como estes se sentem na instituição e que concepções de inclusão são apresentadas por eles.

A primeira pergunta questiona que tipo de concepção de inclusão os estudantes apresentam e se esta política realmente acontece na Universidade, na opinião destes significa:

DV1: Dar mais oportunidades para as pessoas com deficiência não terem a sensação de exclusão. Com as políticas adotadas pela Universidade e os seus alunos é isso.

DV2: Sim, pois todas as oportunidades do curso para se desenvolver ao longo do curso, dos alunos "normais".

DF: Inclusão social das pessoas com deficiência e torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade. Particularmente me sinto incluso na UNIPAMPA.

DC: Para melhorar a inclusão tem que diminuir a concorrência nas escolas, se quiser que ocorra uma inclusão de verdade tem que fazer acontecer não é só ficar no papel. Diminuir a política e se unir mais ao invés de ficar concorrendo uns com os outros. Não UNIPAMPA se isso não acontece, pelos menos estão tentando.

No entanto, a definição de inclusão dada pelos participantes está relacionada ao oferecimento de mais oportunidades aos alunos com deficiência e a participação ativa das pessoas com deficiência na sociedade. De acordo com a concepção dos participantes a inclusão não pode ficar só na legislação, ela tem que acontecer em tempo real, mas para que isso aconteça não pode ser considerado o lado político, porém a união de todos.

A maioria dos alunos deixa claro que se sente incluído na Universidade; algumas respostas ficaram vagas, mas percebe-se que não há descontentamentos significativos com relação ao processo de inclusão que vivenciam. Dentre os princípios fundamentais da Declaração de Salamanca (1994), defende-se que "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem". Acreditamos que este princípio esteja acontecendo na instituição investigada mesmo que haja controvérsias e ações a implementar.

O segundo questionamento está voltado a questões de preconceito e discriminação na instituição:

DV1: Até hoje não vi nenhum tipo discriminação quanto a mim, por parte é que pode haver um medo por parte das pessoas que sentem esse tipo de sentimento se existido.

DV2: Nunca tive nenhum fato que houve preconceito na minha presença ou falado, pois acho que a Universidade vem trabalhando para que não ocorra erro do passado.

DF: Acredito que não, e uma Universidade não há lugar para preconceito e sim para aprendizagens de grandes conhecimentos.

DC: Não. As pessoas da assistência social são muito boas, o pessoal do Nina é maravilhoso, o pessoal da inclusão está sempre disposto principalmente o Nilton e a Stéfani. As pessoas da portaria são muito legal brincam e conversam comigo. Os professores tentam fazer o possível para me ajudar. Os colegas são muito bons desde os trabalhos eles me ajudam.

Na opinião dos participantes da pesquisa não há discriminação e preconceito dentro da Universidade com relação à deficiência. Esse é um dos dados que consideramos essencial, pois estas respostas surgem a partir do ponto de vista do aluno deficiente e não da opinião dos outros. Por isso é muito importante ouvir e dar voz as pessoas ou aos grupos que são ou que já foram estigmatizados, ouvindo suas experiências, avaliando suas ideias para que assim haja melhoria no processo de inclusão e também nas políticas que defendem esta temática.

O terceiro questionamento se refere à opinião dos participantes referente às demais pessoas com as quais eles dividem os espaços públicos, se elas estão preparadas para esta convivência, obtivemos as seguintes respostas:

DV1: Sim, nos tempos atuais se você não conviver com a diferença vai ser difícil que as pessoas convivam com a diferença.

DV2: Sim, porque há uma maior consciência sobre o que devemos fazer ou não fazer e discriminar as pessoas por algum motivo esta na parte que dever abolida na sociedade.

DF: (Resposta foi apagada por problemas no sistema)

DC: Depende do lugar e da pessoa e da ocasião.

Nesta questão percebemos que dois casos afirmaram que as pessoas estão preparadas para conviverem com a diferença; no outro, o participante afirma que isso depende do lugar, da pessoa e também da ocasião. Isto é, ainda há espaços públicos com pessoas que ainda não estão preparadas para dividir e interagir com as outras e quando se trata da inclusão de pessoas com deficiência, a situação parece se complicar.

A quarta questão está relacionada às vivências dos estudantes com deficiência e como eles se sentem diante do olhar das demais pessoas na Instituição. No entanto obtivemos as seguintes respostas:

DV1: Essa pergunta ficou de forma inconclusiva, pois não tenho a visão dos olhares e sim pelo tom de voz e por esse não sinto nada diferente.

DV2: Nunca presenciei algo preconceituoso por parte das pessoas que convivo.

DF: Por ser portador tenho dificuldade de me posicionar para que não atrapalhe, assim me sinto bem diante dos olhos dos meus colegas.

DC: Eles acham muito corajosa da minha parte eu estar fazendo uma licenciatura e estar na Universidade.

Na primeira resposta o DV1 admite não ter percebido nada de diferente na forma de agir das outras pessoas na Universidade, argumentando que devido ao tipo da deficiência ele só poderia perceber esse fato pelo tom da voz, por isso não se sente diferente. O DV2 também nunca presenciou ou passou por preconceito na instituição. Já no posicionamento do DF, percebemos que ele se sente discriminado por ser “portador” ao ponto de se “autopolicar” diante dos colegas para se sentir bem diante dos olhares deles. Neste caso, observamos que neste aluno parece haver um sentimento de desconforto em relação à deficiência, o posicionamento dele nos deixa a impressão que ele não se sente a vontade nos espaços da Universidade, principalmente em sala de aula, no contato com os demais.

Portanto, a partir da concepção do aluno DF fazemos uma análise do termo “portador” que, segundo Sasaki (2005), esta nomenclatura está fortemente relacionada a “carregadores, pessoas que ‘portam’ (levam) uma deficiência”, por isso na visão deste autor o uso desta expressão deve ser questionado.

A DC apresenta outro tipo de interpretação da questão, evidentemente isso tem a ver com o tipo da deficiência e, por isso, ela comentou que as pessoas da Universidade admiram muito a atitude dela por ter ingressado no ensino superior. A admiração das pessoas é algo bom, mas possui alguns pontos negativos que estão associados aos tempos em que as pessoas com deficiência eram vistas como seres incapazes de fazer alguma coisa, vivendo na superproteção familiar. Sabemos que o estereótipo sobre as pessoas com deficiência deve ser modificado, pois mesmo

tendo algumas limitações, possuem habilidades, capacidades, os mesmos direitos e deveres como qualquer outra pessoa. De acordo com Ervin Goffman:

O indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoas com o seu defeito. Isso é ilustrado pelo aleijado que aprende ou reaprende a nadar, montar, jogar tênis ou pilotar aviões, ou pelo cego que se torna perito em esqui ou em escalar montanhas. (GOFFMAN, 2004, p. 12).

Para muitas pessoas, a presença das pessoas com deficiência em certos espaços públicos ainda é motivo de admiração ou de desconforto, sentimento reforçado pelos tempos equivocados do passado em que o deficiente era isolado e considerado inválido. Há casos em que, quando uma pessoa dita “normal” presencia um sujeito com deficiência andando sozinho, ela quer ajudá-lo o todo tempo, por ter medo que se machuque ou aconteça algo de ruim. Isto é, a presença das pessoas com deficiência em alguns espaços na sociedade ainda é tida como algo inseguro, como se estes não tivessem autonomia e condições de superar os desafios do dia a dia. Tofani (2009) entende que no processo da inclusão social a sociedade tem de se adaptar para poder incluir as pessoas com deficiência em seus sistemas sociais, sendo que estas pessoas estejam preparadas para assumir seus papéis. “Assim a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, e a sociedade se adapta a suas limitações” (p. 23). Ou seja, a sociedade tem de entender que há espaço para todos tanto na educação, como no trabalho sendo que cada um demonstra sua capacidade conforme seu esforço.

Na quinta pergunta os participantes responderam o que precisa melhorar na Universidade para que eles se sintam inclusos, segundo eles:

DV1: Acho que não muita coisa, mas quanto mais pessoas são incluídas muito mais pessoas poderão saber dos vários tipos de deficiência.

DV2: Não sei. Há muitas coisas que devem partir das próprias pessoas, mas se a Universidade fizesse mais campanhas mostrando os tipos de deficiências e como as pessoas vivem com isso seria bom.

DF: Entendo que as medidas estão sendo tomadas, algumas coisas acontecem muito rápidas e outras não.

DC: A questão da sensibilidade, a questão das partituras em braile e a identificação nas salas de aula e também do deslocamento.

Nesta questão, o aluno DV1 acredita que quando maior for o número de alunos com deficiência matriculada no ensino superior, maior possibilidade dos diferentes tipos de deficiências será reconhecida. O aluno DV2 defende a ideia de que a iniciativa deve partir das pessoas, neste caso entendemos que seja de todos incluindo professores, alunos e servidores públicos. Outro ponto comentado foi o fato da instituição ter estudantes matriculados com diferentes tipos de deficiência, o que pode ser uma situação favorecedora para tais estudantes exporem suas vivências. De acordo com o aluno DF, quanto à inclusão na Universidade, entende que as medidas estão sendo tomadas, ou seja, a Universidade está se adaptando conforme pode. Já a aluna DC acredita que para que melhore a inclusão na Universidade é preciso melhorar a questão da sensibilidade que envolve as partituras em braile e a identificação nas salas de aula e, ainda, a acessibilidade envolvendo o deslocamento de casa até a Universidade.

O sexto e último questionamento trata-se de um comentário de forma livre onde os participantes poderiam escrever uma mensagem expondo suas inquietações, elogios, críticas, sugestões, entre outros. Isto é, trata-se de uma pergunta aberta que foi elaborada para que os participantes pudessem deixar um comentário ou uma mensagem. O objetivo desta questão era deixar os participantes à vontade, colocando-os no desafio e na oportunidade de comentar algo que considerassem importantes. Veja os comentários:

DV1: Muito obrigado por atender um tema que na sociedade atual é necessário que seja falado, para que assim erros do passado não repetidos.

DV2: Parabéns pela iniciativa de tratar sobre esse tema no seu TCC, hoje é muito necessário falarmos sobre esse assunto para que o maior número de pessoas saiba que pode se estudar com maior tipo de problema.

DF: Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais.

DC: Lute pela vida em qualquer circunstância se quiser ajudar o outro ou participar de um projeto para ajudar o próximo, seja igual, evite concorrência, evite política. Divida com o outro aquilo que você sabe e ame o seu próximo não importando quem ele seja e não despreze ninguém.

Na primeira e na segunda resposta observamos que os comentários estão relacionados à expectativa dos participantes a respeito da temática do projeto e a importância de pesquisa para a inclusão na educação. Em segundo lugar, o participante apresenta um parágrafo mencionando o direito da diferença e a igualdade para todos. O último comentário foi construído a partir de uma reflexão voltada à inclusão social e à participação de projetos e movimentos sociais para ajudar o próximo.

Na conclusão desta análise percebemos que o tempo de curso destes alunos na Universidade, como ingressantes ou concluintes, o tipo de deficiência, ou o tipo de curso (licenciatura ou bacharelado), isto é, as variáveis desta pesquisa não influenciam na (in)-exclusão dos estudantes com deficiência da UNIPAMPA, porém a idade serviu de influência para que ocorresse este processo.

4.2 Análise da entrevista

A entrevista que será transcrita a seguir foi realizada com uma estudante deficiente com cegueira - DC, matriculada no 4º semestre do curso de Licenciatura em Música. Essa entrevista foi realizada nos espaços da UNIPAMPA, no campus Bagé, na sala 4109, no dia 21 de setembro de 2015. O corpus do roteiro da entrevista é composto por cinco (05) questões, sendo que no decorrer da entrevista outros questionamentos foram apresentados em razão da deficiência da participante, a fim de que ela se sentisse a vontade e percebesse nosso interesse nas suas informações. Cabe ressaltar que o que está destacado em negrito na transcrição faz parte da fala do entrevistador e não da entrevistada.

ANÁLISE 03: A entrevista

Quando pergunta sobre a trajetória de vida, a entrevistada relata como principais pontos:

Bom, minha família vem de Nonoai, nós moramos na Hulha. Mas nós somos naturais de Nonoai, na época meus pais eram acampados, eles participavam do movimento sem terra desde que eu era pequena com toda aquela função, né! O pessoal que estava com o meu pai não concordava com o que eles faziam, então eles decidiram a sair. Foi quando o governo cedeu as terras para nós que é onde a gente mora atualmente. Na época que eu nasci nós estávamos acampados. Quando eu nasci eles não perceberam que eu não olhava. Não sei se foi com um ou com alguns meses, agora não tenho certeza, mas foi meu avô que começou a notar que cuidava a cada mosquito que passava. Então eu ficava olhando, assim, nas na verdade não era olhando eu ficava escutando. Ai, o que aconteceu assim que eles perceberam, eles me levaram no oftalmologista. Daí nós passamos em vários oftalmologistas, daí chegou a conclusão que eu não olhava. Tudo bem! Eu estava vivendo uma vida normal, mas eu não era muito habitada em tocar nas coisas, talvez eu tocasse, mas eu não tinha muito noção. Eu gostava muito de escutar música desde pequena, o que acontecia era sempre uma briga entre eu e minha irmã. A minha irmã gostava muito de sair, na verdade eles castigavam muito a mana porque ela sai de casa. E eu não brincava, eu não corria, né! E as vezes que eu corria eu pechava nas coisas, nos tocos e toda aquela função. Tá, toda aquela função, daí eu ficava escutando rádio no quarto. Na época era só uma casa com duas peças, né! Era quarto e cozinha e então eu ficava escutando música no quarto, as vezes derrubava o rádio de cima da cama. Daí tem toda aquela função eu gostava de música de tudo. Ai, foi com uns seis ou sete anos eu gostava de andar de balanço, nunca fui muito de brincar de boneca, mas eu gostava de cantar, gostava de sentir as coisas. O pai fazia dois balanços pra nós, porque a gente tinha um galpão, tinha os animais, tinha vaca de leite na época. Daí o pai fazia os dois balanços pra nós, ai mana em vez de ficar brincando comigo no balanço ela me deixava sozinha, lá galpão me embalando e saía a fazer outras coisas. E eu ficava sozinha, né! Então teve todo esta trajetória de infância.[...]

A segunda pergunta refere-se às principais dificuldades e desafios que são enfrentados no dia a dia da entrevistada, principalmente a acessibilidade entre outros, obtivemos a seguinte resposta:

*Por exemplo, a dificuldade sempre foi eu andar sozinha. A mãe sempre me acompanhou, mas porque eu não tive um preparo pra vim de lá, pra sair da Hulha e vir pra cá. Pra vir da Santa Tecla atravessar da rodoviária pra chegar na parada de ônibus pra vir pra cá essa é a dificuldade. O que eles querem, geralmente o pessoal do Nina quer que eu ande sozinha, só que não tem como. Tem no caso, se eu levar um tempo de aprendizagem, até eu ter certeza que eu consiga andar sozinha. Por que geralmente os professores de inclusão eles são assim, só que não dá pra te fazer uma coisa, não sei não vai te complicar de gravar isso, acho que não né! **Não, a entrevista é aberta!** Não dá pra ti fazer uma coisa mal feita e depois passar no papel e dizer que fez. Tem que fazer a coisa correta. Pra eu andar sozinha, pra mãe poder descansar eu tenho que aprender a vir de lá da Hulha até aqui! Por que se não, não dá! Entende? Por que, o que eles estão tentando fazer, até vai ter segunda vai ter uma oficina de digitação com informática que é para mim e depois vai ter um outro curso de orientação e mobilidade. Mas eu já coloquei os “pingos no is”, né! Depois vai ter um curso de Musicografia Braille com o pessoal do Benjamim Constante, eu acho. Mas com relação à orientação a mobilidade foi o que eu falei: _Eu não moro aqui, não tem como eu ir, me arriscar em vir de lá da Hulha até aqui, sair da rodoviária e pegar um ônibus, porque tudo bem para quem já enxerga. [...]*

O ingresso na Universidade, incluindo as expectativas com relação à formação e atuação no mercado de trabalho, de acordo com entrevistada foram apresentadas as seguintes concepções:

*Foi assim; quando eu cursava o ensino médio duas vezes eu fiz o ENEM. Em 2012 eu não consegui foi quando eu fiz o ENEM pela primeira vez eu não consegui passar quando eu fiz pela segunda. Eu fiquei três anos parada, daí quando eu fiz o ENEM no outro ano eu consegui passar. Eu entrei pela cota dos deficientes. Daí eu entrei pelo SISU se eu não me engano, tem a cota dos deficientes, do Bolsa Permanência, estas coisas. Báh, foi um... Eu peguei todo mundo de surpresa também porque ninguém ia pensar, nem os professores... Eu peguei um pouco de surpresa. Quando é que eles iam pensar que uma aluna que é deficiente visual ia entrar. E, por incrível que pareça, já tinha dois colegas nossos deficientes visuais na UNIPAMPA, só que um era da Letras o outro da Matemática, mas da Música não tinha. Foi uma surpresa e tanto. Em relação da carreira de dar aula está sendo uma experiência o coral da associação que eu faço, não é praticamente aula porque quem cuida do repertório é a Márcia que coordena o coral, mas eu faço a parte técnica com eles. Eu faço técnica vocal como eu tive experiência de IMBA. Com quinze anos eu fiz o IMBA e tive canto coral nos primeiros semestres, então eu já tive mais um pouco de experiência. **Qual é a tua expectativa com relação ao mercado de trabalho? Depois que você se formar, você pretende atuar na área? Quais os teus objetivos?** Experiência com adultos eu acho que eu teria pra dar certo, com crianças eu não tive ainda experiência, mas com adultos talvez daria certo. Por que o pessoal lá associação, no caso são todos deficientes o pessoal do coral, né! Mas, eles são adultos já entorno de 30, 40 pra cima, né! Pra mim é uma expectativa boa, só que eu queria com*

crianças pra ver como é que vai dar, porque eu não tive experiência ainda. Mas, é a experiência que quero, eu quero ensinar, eu quero poder trabalhar numa escola, como professora. Professora, talvez de voz ou de algum instrumento. Vamos ver o que vai sair, né! Essa é a formação que eu quero ter, atuar, quero dar aula.[...]

A quarta questão refere-se ao ponto de vista da entrevistada em relação aos tipos de nomenclaturas que se referem às pessoas com deficiência, na opinião dela:

*Pra chamar, pra se referir? **Sim, para se referir.** Olha, acho que não tem muita importância. A gente não leva muito em conta, as vezes tem pessoas no ônibus mesmo que geralmente chama cegos, normal assim. Mas... acho que não tem muito. **Quando você ouve alguém mencionar o nome deficiente ou pessoas deficientes, essa identidade você aceita normalmente essa nomenclatura ou você gostaria que as pessoas utilizassem outro termo?** É por que deficiência, digamos, seria vários tipos de deficiências. Então assim, pra mim eu não dou muita importância. Até a gente brinca, né! Lá na associação nós brincamos que “em terra de cego quem tem olho é rei” (risos)... A gente brinca muito, pra mim não é de muito importância assim. Pra mim não se leva muito em conta.*

O último questionamento refere-se à acessibilidade na UNIPAMPA/Bagé, a entrevistada apresenta o seguinte ponto de vista:

*Olha, não da pra julgar muito, porque é como diz aquele ditado a gente “pegou com a boca na botija”. É quando a gente pega assim óh: _Pam!...Foi de surpresa. Fica um pouco difícil até de falar alguma coisa. **Você quer dizer que a Universidade ainda esta se adaptando as condições dos alunos?** Isso, ainda leva um tempo pra poder acostumar, para poder arrumar as coisas. Por exemplo, ali com o pessoal da inclusão que é o pessoal do Nilton Menezes, eles têm uma máquina, uma impressora em Braille, só que não está funcionando a impressora, mas eles têm. Eu tenho um gravador que gravo as aulas, geralmente os professores se comunicam muito por email, então pra nós está sendo bom igual. A única coisa que falta e que eu sugeria, talvez levasse um tempo, mas o ponto de identificação nas aulas, nas salas, nos lugares que eu acredito que será providenciado. Até para providenciar a questão da mobilidade dentro da Universidade mesmo e questão das partituras em Braille que a gente usa muito na questão da música. **Com relação aos profissionais da educação, os professores e servidores no seu ponto de vista eles estão adaptados ou estão se adaptando com relação à presença dos deficientes? Como você sente isso dentro da Universidade?** Os professores são muito empenhados, são muito de acordo. Eu estou fazendo algumas aulas de práticas instrumentais. Por exemplo, nas aulas de flauta tem a monitoria de flauta que a guria (monitora) que nos dá aula individual comigo. Eu também tenho aulas junto com outro pessoal. O que acontece, as músicas de cada semestre os professores gravam pra mim qual nota que é tal música, eles solfejam, por exemplo: dó, dó, ré, ré, ré, dó, ré, mi....e depois eles tocam.[...]*

De acordo com as falas da entrevistada percebemos que aos pouco a Universidade está se adaptando aos processos e normas da inclusão. O importante é que há pessoas empenhadas para que isso realmente aconteça, neste caso citamos o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NInA. Entendemos que algumas

coisas ainda precisam ser providenciadas e realizadas, como o caso identificação nas salas e dos demais espaços da Universidade para que realmente os alunos deficientes visuais e cegos tenham acessibilidade nas repartições do campus. No caso de materiais em braile, sentimos que ainda há necessidade destes, pois a aluna entende que é preciso para que ela possa ter acesso aos conteúdos trabalhados em aula. É importante observar que, na fala da participante, os professores, mesmo que “pegos de surpresa”, estão empenhados para que realmente aconteça o processo de inclusão desta aluna. Sabemos que a presença do estudante com deficiência no ensino superior ainda é um desafio para a Universidade, pois até algum tempo atrás estes alunos frequentavam apenas as escolas, ou seja, este desafio era apenas para a inclusão escolar no âmbito da Educação Básica.

A educação na perspectiva inclusiva vem desafiando o ensino superior, atualmente, as Universidades estão passando por um processo de avaliação, adaptação e reestruturação, não só apenas no que se diz respeito à mobilidade, mas com a minimização de todo tipo de barreira que impeça o acesso e, por consequência, a permanência desses estudantes. Em razão disso, acreditamos que a UNIPAMPA, campus Bagé, está se empenhando para que isso venha acontecer, é claro, como disse a aluna “isso leva um tempo”.

Estamos na “presente” na torcida para que esse tempo seja breve, enfim, para que TODOS os estudantes com deficiência, sem nenhuma exceção, possam estudar em uma instituição que valoriza a diversidade visando uma educação inclusiva de qualidade. Entendemos que há muitos desafios e que nossa Universidade precisa se adaptar em muitas coisas como, por exemplo: na acessibilidade dentro e fora do prédio e nos materiais adaptados conforme a necessidade dos alunos. Mas, o mais importante é que os estudantes com deficiência matriculados nesse campus já fazem parte de nossa história educacional e suas presenças são muito importantes para que nossa instituição avance cada dia mais no processo da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A meta de nossa pesquisa foi investigar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, no caso em tela, na UNIPAMPA [Universidade Federal do Pampa]. Além disso, nosso estudo se propôs a observar como algumas pessoas com deficiência que conseguiram chegar até a universidade constroem suas identidades incorporando, recusando, ignorando ou resistindo às interpretações hegemônicas sobre o que vem a ser normal/anormal.

Entendemos que a inclusão no ensino superior tem sido um grande desafio, pois ainda há poucas pesquisas referentes a esse assunto, temos alguns teóricos que abordam sobre essa questão, portanto ainda temos poucas pesquisas sobre temática. Com base nisso, é que buscamos por meio desse estudo colaborar e subsidiar com algumas discussões que já vem sendo feitas sobre a inclusão no ensino superior apresentando a análise de uma pesquisa exploratória e bibliográfica de caráter qualitativo.

A inclusão nunca foi uma tarefa fácil; é um processo que requer de TODOS significativos aprendizados, como a quebra de alguns paradigmas sociais, muitas reflexões, reconstruções de conceitos e até mesmo alguns “puxõezinhos de orelha”. O importante são as tentativas. É inevitável que através delas venhamos cometer alguns erros e, ao mesmo tempo, alguns acertos, mas de tudo isso o mais gratificante é o aprendizado.

Conforme vamos vivenciando nossas experiências nos espaços educativos, entendemos que não existem receitas prontas e nem varinhas mágicas ou fórmulas prontas para que aconteça uma verdadeira educação de qualidade na perspectiva inclusiva nos diversos níveis da educação. Falando em “verdade”, lembrei do belo texto de Portocarrero (2011) intitulado “*O Governo de si, cuidado de si*”, em que a autora baseada nas concepções de Foucault afirma que não uma única verdade, mas várias; deste modo, não poderíamos afirmar que existe um “modelo de inclusão perfeito”. Se há possibilidade da existência de um “modelo perfeito” de educação, este está além da política e das legislações que amparam a educação inclusiva. Este “modelo de educação” pode estar em tempo presente e, de certo modo, ele depende de nós, profissionais da educação; é claro que este processo envolve mais pessoas como os alunos, os servidores, os colegas que dividem o espaço com os

estudantes com deficiência desde a escola básica até o ensino superior. Isto é, para que a inclusão saia do papel e se efetive real nas práticas educacionais, devemos incorporar a legislação, as normas e os requisitos que a sustentam. As leis, por si próprias, só podem garantir o direito, mas não a verdadeira realização dos fatos. A inclusão só acontecerá na Universidade ou na escola se tiver alguém que se interessa e se comprometa com ela.

Talvez a melhoria no processo da aplicação de uma educação inclusiva inicie-se a partir do momento em que seus profissionais se debruçarem em pesquisas e projetos que objetivem propostas e reflexões pedagógicas com vistas à diversidade nos espaços educativos, em todos os níveis. O “andar da carruagem” poderá ser melhor ou quase “perfeito” quando refletimos sobre nossas atitudes, principalmente na nossa prática docente, objetivando um currículo multicultural, valorizando as diversidades presentes na escola ou na Universidade, advindas com cada sujeito que está inserido nesses espaços.

Entendemos que a educação na perspectiva inclusiva tem sido um grande desafio para as Universidades; embora esta temática já venha sendo discutida há um tempo significativo, as instituições ainda passam por um processo de adaptação para aplicação dos requisitos que abrangem esta política no ensino superior. A questão da acessibilidade e as barreiras arquitetônicas são problemas considerados graves para muitos estudantes com deficiência, mas sabemos que, além disso, outro problema é a adaptação das propostas pedagógicas que visem às necessidades desses alunos – a recente conceituação de acessibilidade pedagógica e atitudinal.

O ensino para todos desafia o sistema educacional, a comunidade escolar ou universitária e toda uma rede de pessoas, que se incluem em um movimento vivo e dinâmico de fazer uma educação que assume o presente como um tempo que concretiza a mudança de alguns paradigmas sociais, a fim de desmistificar a discriminação e o preconceito em reconhecimento e respeito às diferenças. “É um ensino que coloca o aluno como foco de toda a ação educativa e possibilita a todos a descoberta contínua de si e do outro, dando sentido ao saber/sabor de educar” (OMOTE, 2004, p.141).

A conclusão desse trabalho investigativo-reflexivo se inspira nas concepções de Goffman (2004), quando o autor apresenta a fala de uma pessoa com deficiência que pronuncia as seguintes palavras:

Tanto as mentes quanto os corpos saudáveis podem estar aleijados. O fato de que pessoas "normais" possam andar, ver e ouvir não significa que elas estejam realmente vendo ou ouvindo. Elas podem estar completamente cegas para as coisas que estragam sua felicidade, totalmente surdas aos apelos de bondade de outras pessoas; quando penso nelas não me sinto mais aleijado ou incapacitado do que elas (p. 13).

Portanto, na maioria das vezes somos mais “deficientes” do que os próprios deficientes; isso acontece quando vemos a realidade das coisas e fingimos que não estamos enxergando, quando podemos fazer algo e cruzamos os braços, quando podemos abraçar a causa e acabamos desistindo.

REFERÊNCIAS

ALCOBA, Susie de A. **A inclusão de alunos com deficiência na universidade: o desafio pedagógico**. LEPED – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença – FE/UNICAMP. São Paulo, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BIANCHETTI, Lucídio. **O trabalho e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre a normalidade e a deficiência**. Revista Brasileira de Educação Especial. Universidade Estadual Paulista. Marília: Unesp. São Paulo, v. 7, n.1, p. 61-75. Semestral, 2001.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar a diferença: Integração, Trabalho e Cidadania**. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRANCATTI, Paulo Roberto. **Um estudo sobre as barreiras arquitetônicas na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente**. Revista Brasileira de Educação Especial. Universidade Estadual Paulista. Marília: Unesp-Marília-Publicações. São Paulo, v. 7, n.1, p. 91-100. Semestral, 2001.

BRIZOLLA, Francéli. **Atendimento Educacional Especializado para acadêmicos com deficiência no âmbito da educação superior: políticas, práticas e perspectivas**. X ANPEDSUL: Florianópolis, 2014.

BRIZOLLA, Francéli. **Educação Especial no Rio Grande do Sul: análise de um recorte no campo das políticas públicas**. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2000.

DADOS do censo escolar indicam aumento de matrículas de alunos com deficiência. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>. Acesso em: 22 de Out. 2015.

_____. **Decreto n. 3.298, de 20 de dez. 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 20 de out. 2015.

_____. **Decreto n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 20 de abr. 2015.

_____. **Decreto n. 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, FD: Senado Federal, 2011.

_____. **Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil, 2007).

ENSINO superior no Brasil tem recorde de matrículas nos últimos anos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/10/ensino-superior-do-brasil-tem-recorde-de-matriculas-nos-ultimos-anos>. Acesso em: 22 de Out. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. (Org.) Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 22 de Setembro de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GLAT, Rosana. **A interação social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. 3 ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Estudos_e_Pesquisas_Educacionais_An%C3%ADsio_Teixeira Acesso em: 01 de Outubro de 2015.

____. **Lei n.13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 20 de Out.2015

____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

OMOTE, Sadao (Org.). **Inclusão: intenção e realidade**. São Paulo: Marília, 2004.

PROGRAMA INCLUIR. **Documento orientador: acessibilidade na educação superior**. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013.

PROUNI. Disponível em: http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php . Acesso em: 01 de Outubro de 2015.

RODRIGUES, Davi (Org). **Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade**. 14 ed. Porto: Porto Editora, 2003.

SASSAKI, Romeu (2004). Como chamar os que têm deficiência? Disponível em <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>. Acesso em 24 outubro de 2015.

STOER, Stephen; MAGALHÕES, Antônio M.; RODRIGUES, David. **Os lugares da Exclusão Social: um dispositivo de diferenciação**. São Paulo: Cortez: 2004.

APÊNDICE – FORMULÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS PARA PESQUISA ACADÊMICA

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Idade: _____

Sexo: F () M ()

Naturalidade (município/Estado de nascimento):

Tipo de deficiência:

II. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

Curso: _____

Ano de ingresso: _____

Semestre atual: _____

Bloco de questões de múltipla escolha:

1. O curso que você está cursando foi sua primeira opção de escolha para ingressar na UNIPAMPA? Sim ()

Não (). Em caso negativo favor mencionar na primeira opção outro.

Outro: _____

2. Durante o tempo em que você está na UNIPAMPA, você observa que a Universidade é um espaço onde se constrói amizades?

Sim ()

Não ()

Outro ()

3. Normalmente você costuma se relacionar mais com os:

() Amigos

() Familiares

() Colegas

() Outros: _____

4. Na UNIPAMPA, com quem você teve mais facilidade para fazer amizade:

() Colegas

() Servidores técnicos

() Professores

() Outros: _____

5. Como você avalia o relacionamento com os colegas, servidores técnicos e professores da Universidade com você?

() Ótimo

() Bom

() Satisfatório

() Prefere não comentar

6. Dentre os seguintes itens, qual(ais) o(s) que você considera como um desafio na Universidade, no seu dia a dia:

() O relacionamento com os colegas

() O relacionamento com os professores

() A acessibilidade

() Outros: _____

7. Alguma vez você já sentiu excluído dentro da Universidade?

() Não

() Sim.

8. Se você foi vítima de exclusão na Universidade. Se achar oportuno, favor comentar _____ a _____ situação vivenciada: _____

9. Em sua opinião, a UNIPAMPA apresenta uma boa estrutura de acessibilidade, com rampas, elevadores, materiais adaptados, espaços prioritários/adaptados, entre outros?

() Não

() Sim

() Em parte.

10. Em caso afirmativo ou em parte da pergunta anterior, considere comentar sua resposta _____ quanto _____ ao _____ atendimento _____ das _____ suas necessidades: _____

Bloco de questões abertas:

1. O que você entende por inclusão dos deficientes? Na UNIPAMPA, você considera que acontece inclusão?

2. Na sua opinião, existe preconceito e discriminação com os deficientes na UNIPAMPA? Como você se sente diante disso?

3. Na sua opinião, as pessoas estão preparadas para dividir os espaços públicos com as demais, principalmente com as pessoas com deficiência? Por quê?

4. A partir das vivências com as pessoas com as quais você convive na UNIPAMPA, descreva como você se sente diante do olhar delas?

5. Na sua opinião, o que precisa mudar na UNIPAMPA para que realmente aconteça uma verdadeira inclusão das pessoas com deficiência?

6. Você gostaria de deixar alguma mensagem ou fazer mais algum comentário?

APÊNDICE - ENTREVISTA

1. Gostaria que você falasse sobre a sua trajetória de vida, principalmente contando um pouco de como foi a sua infância?

*Bom, minha família vem de Nonoai, nós moramos na Hulha. Mas nós somos naturais de Nonoai, na época meus pais eram acampados, eles participavam do movimento sem terra desde que eu era pequena com toda aquela função, né! O pessoal que estava com o meu pai não concordava com o que eles faziam, então eles decidiram a sair. Foi quando o governo cedeu as terras para nós que é onde a gente mora atualmente. Na época que eu nasci nós estávamos acampados. Quando eu nasci eles não perceberam que eu não olhava. Não sei se foi com um ou com alguns meses, agora não tenho certeza, mas foi meu avô que começou a notar que cuidava a cada mosquito que passava. Então eu ficava olhando, assim, nas na verdade não era olhando eu ficava escutando. Ai, o que aconteceu assim que eles perceberam, eles me levaram no oftalmologista. Daí nós passamos em vários oftalmologistas, daí chegou a conclusão que eu não olhava. Tudo bem! Eu estava vivendo uma vida normal, mas eu não era muito habitada em tocar nas coisas, talvez eu tocasse, mas eu não tinha muito noção. Eu gostava muito de escutar música desde pequena, o que acontecia era sempre uma briga entre eu e minha irmã. A minha irmã gostava muito de sair, na verdade eles castigavam muito a mana porque ela sai de casa. E eu não brincava, eu não corria, né! E as vezes que eu corria eu pechava nas coisas, nos tocos e toda aquela função. Tá, toda aquela função, daí eu ficava escutando rádio no quarto. Na época era só uma casa com duas peças, né! Era quarto e cozinha e então eu ficava escutando música no quarto, as vezes derrubava o rádio de cima da cama. Daí tem toda aquela função eu gostava de música de tudo. Ai, foi com uns seis ou sete anos eu gostava de andar de balanço, nunca fui muito de brincar de boneca, mas eu gostava de cantar, gostava de sentir as coisas. O pai fazia dois balanços pra nós, porque a gente tinha um galpão, tinha os animais, tinha vaca de leite na época. Daí o pai fazia os dois balanços pra nós, ai mana em vez de ficar brincando comigo no balanço ela me deixava sozinha, lá galpão me embalando e saía a fazer outras coisas. E eu ficava sozinha, né! Então teve toda esta trajetória de infância. Daí, acho que foi com 6 ou 7 anos a assistente social lá da Hulha disse a R. tem condições de estudar. Uma vez eu acho que eu tinha uns três ou quatro anos, acho que era uns três. Ah, acho que eu tinha mais ou menos um ano quando meus avós morreram eu vivi toda aquela função só que criança, não pensa muito. Na verdade, eu só senti o “baque” do que esta questão de falecer quando desde quando eu tive quinze anos depois eu vou te contar o porquê... Então vamos por partes, quando eu tinha uns sete anos uma assistente social lá da Hulha disse: _A R. tem condições de estudar! Daí ela disse o porque, mas o pai disse: Mas como ela vai ter condições de estudar? Daí eu peguei a mãe no flagra chorando, dizendo: Como ela vai estudar? Como ela vai fazer isso? Eu peguei ela no “flagra” e como é que eu percebi que ela estava chorando pelo tom da voz eu percebi os suspiros dela. Daí então tu consegue notar, né. Ai eu pedi pra ela parar, disse que ela não precisava chorar. **Você se sentiu insegura?** Na época a gente sempre estranha um pouco, mas eu gostei sim da ideia de poder estudar, conhecer coisas novas. E na época era assim; o meu pai perguntou assim: _Mas como ela vai estudar? Como ela vai estudar? Daí foi quando a Simone que era assistente social lá da Hulha naquela época me disse: Tem uma escola, lá em Bagé que no caso é aqui, né. É uma escola em Bagé que trata dessa questão da deficiência visual que é escola lá no Justino Quintana lá no quinze que a sala de recurso. Na época o Quinze ficava no outro prédio da classe de recurso. Eu fui pra lá, meus pais deram a entrevista e tudo. E eu fui estudar. Lá eu aprendi a identificar objetos é como se tu estivesse passando por uma pré-escola. **E relacionamento com os colegas e***

professores como foi e a recepção da escola quando você entrou? No início assim; quando a gente é pequeno a gente não nota muito quando a gente tem seis e sete anos, por aí. Elas me receberam bem, foi maravilhoso! Eu aprendi a ler, levei muito “xixis” porque eu não era habituada tocar nas coisas. Pra ti ter uma ideia eu fiquei uns dois anos tentando aprender o Braille, porque eu não era muito de tocar nas coisas, não sei eu não era curiosa. Sei lá, eu não era muito. Lá eu aprendi a ler, aprendi a escrever a identificar objetos. Isso até uns onze anos por aí, deixa eu ver dez, onze anos. Quinze na quinta, quatorze na quarto ano, é eu acho, eu entrei com dez onze anos no primeiro ano pra depois eu passar por todo esse processo. E lá eu cantava, mas elas não sabiam que eu cantava, elas descobriram quando eu tinha oito anos. Daí a gente fazia apresentações no quinze ali no teatro. **Na verdade a música sempre me moveu desde pequena.** Sim, teve uma colega que tava comigo desde o pré, desde a época dos quatro anos dela. Ela já estava bem mais tempo do que eu e ela cantava e tocava e aí amizade foi crescendo. Quando eu tinha uns oito ou nove anos eu comecei a sentir diferença acho que por eu ser filha de assentados e não morar na cidade parece que eu sentia que quando eu sabia de alguma coisa eles queriam mostrar que sabiam mais do eu. Tinha essa impressão minha, né! **Tinha uma diferença de classe social!** Isso, porque sempre tem aquela coisa a colona filha de assentado. **Tem toda a questão preconceito contra os adolescentes e as pessoas de assentamentos, né!** Sim, tem! Mas depois foi passando, foi mudando eu comecei a acostumar a gente começou a criar amizades. A gente aprendia fazer as coisas ali lidar com artes, com argila, a gente aprendia a ler e escrever. Só que a única coisa que eu não poderia aprender até pouco agora foi andar sozinha. **Aproveitando que você está comentando sobre as dificuldades eu gostaria de fazer a segunda pergunta para você R. que faz parte de nossa pesquisa.**

2. Com relação à deficiência, quais são as principais dificuldades e desafios que você já enfrentou e tem enfrentado no seu dia? Quando falo em dificuldades estou me referindo à acessibilidade nos diversos espaços públicos frequentados por você; como na rua, no transporte, na Universidade ou na relação entre as demais pessoas com você, entre outros.

*Por exemplo, a dificuldade sempre foi eu andar sozinha. A mãe sempre me acompanhou, mas porque eu não tive um preparo pra vim de lá, pra sair da Hulha e vir pra cá. Pra vir da Santa Tecla atravessar da rodoviária pra chegar na parada de ônibus pra vir pra cá essa é a dificuldade. O que eles querem, geralmente o pessoal do Nina quer que eu ande sozinha, só que não tem como. Tem no caso, se eu levar um tempo de aprendizagem, até eu ter certeza que eu consiga andar sozinha. Por que geralmente os professores de inclusão eles são assim, só que não dá pra te fazer uma coisa, não sei não vai te complicar de gravar isso, acho que não né! **Não, a entrevista é aberta!** Não dá pra ti fazer uma coisa mal feita e depois passar no papel e dizer que fez. Tem que fazer a coisa correta. Pra eu andar sozinha, pra mãe poder descansar eu tenho que aprender a vir de lá da Hulha até aqui! Por que se não, não dá! Entende? Por que, o que eles estão tentando fazer, até vai ter segunda vai ter uma oficina de digitação com informática que é para mim e depois vai ter um outro curso de orientação e mobilidade. Mas eu já coloquei os “pingos no is”, né! Depois vai ter um curso de Musicografia Braille com o pessoal do Benjamim Constant, eu acho. Mas com relação à orientação a mobilidade foi o que eu falei: _Eu não moro aqui, não tem como eu ir, me arriscar em vir de lá da Hulha até aqui,*

sair da rodoviária e pegar um ônibus, porque tudo bem que já enxerga. Os guris mesmo da Associação, a maioria deles conseguem andar sozinho, mas porque eles já enxergavam antes. Então, eles enxergavam antes, então eles conseguiram aprender sozinhos. **A associação que você se refere é dos deficientes visuais?** Sim, é daqui de Bagé agora ela está La no SESC porque o Quinze está interditado. Então tem que fazer a coisa bem feita! Se eu for para em outro lugar? E aí? **Então uma das maiores dificuldades que você enfrenta no seu dia a dia e a questão do deslocamento da sua casa até aqui até o campus da UNIPAMPA de Bagé. Na verdade o NInA está lhe orientando para que você passe a andar sozinha sendo mais independente.** Na verdade, o que eles querem é que a mãe descanse, eu poderia vir sozinha e deixar ela em casa, só que não tem como ela ficar em casa sem eu ter certeza de que eu. **Ela não se sentir segura, na verdade.** Sim, e nem eu! Por que eu posso me perder e ir para outro lugar. **Com relação ao transporte você encontra dificuldade é tranquilo? Como que a acessibilidade no deslocamento da sua casa até a UNIPAMPA?** Eu pego o ônibus de manhã, pego o ônibus das seis horas e pra voltar como agora os horários estão bons. Hoje eu tenho aula de noite vem um primo meu me pegar e nos leva para casa de noite. E nos outros dia como eu não tenho aula de noite eu vou no ônibus do meio dia pra casa. Pra sair daqui da UNIPAMPA eu pego o das 11:30 e para ir para casa, pra Hulha eu pego o do meio dia ou uma hora por ai. Antes quando eu pagava, eu pagava a associação dos estudantes lá da Hulha tinha um ônibus deles lá. Mas, agora de noite é só uma vez, é só na segunda, daí meu primo vem.

3. O seu ingresso na Universidade está entre as maiores conquistas que estão sendo realizadas na sua vida? Fale um pouco sobre o seu ingresso na Universidade. Como ocorreu esse processo e quais são suas expectativas com relação a sua formação e atuação no mercado de trabalho?

*Foi assim; quando eu cursava o ensino médio duas vezes eu fiz o ENEM. Em 2012 eu não consegui foi quando eu fiz o ENEM pela primeira vez eu não consegui passar quando eu fiz pela segunda. Eu fiquei três anos parada, daí quando eu fiz o ENEM no outro ano eu consegui passar. Eu entrei pela cota dos deficientes. Daí eu entrei pelo SISU se eu não me engano, tem a cota dos deficientes, do Bolsa Permanência, estas coisas. Báh, foi um... Eu peguei todo mundo de surpresa também porque ninguém ia pensar, nem os professores... Eu peguei um pouco de surpresa. Quando é que eles iam pensar que uma aluna que é deficiente visual ia entrar. E, por incrível que pareça, já tinha dois colegas nossos deficientes visuais na UNIPAMPA, só que um era da Letras o outro da Matemática, mas da Música não tinha. Foi uma surpresa e tanto. Em relação da carreira de dar aula está sendo uma experiência o coral da associação que eu faço, não é praticamente aula porque quem cuida do repertório é a Márcia que coordena o coral, mas eu faço a parte técnica com eles. Eu faço técnica vocal como eu tive experiência de IMBA. Com quinze anos eu fiz o IMBA e tive canto coral nos primeiros semestres, então eu já tive mais um pouco de experiência. **Qual é a tua expectativa com relação ao mercado de trabalho? Depois que você se formar, você pretende atuar na área? Quais os teus objetivos?** Experiência com adultos eu acho que eu teria pra dar certo, com crianças eu não tive ainda experiência, mas com adultos talvez daria certo. Por que o pessoal lá associação, no caso são todos deficientes o pessoal do coral, né! Mas, eles são adultos já entorno de 30,*

40 pra cima, né! Pra mim é uma expectativa boa, só que eu queria com crianças pra ver como é que vai dar, porque eu não tive experiência ainda. Mas, é a experiência que quero, eu quero ensinar, eu quero poder trabalhar numa escola, como professora. Professora, talvez de voz ou de algum instrumento. Vamos ver o que vai sair, né! Essa é a formação que eu quero ter, atuar, quero dar aula.

4. Atualmente quando nos dirigimos às pessoas com deficiência, utilizamos as nomenclaturas “pessoas deficientes ou deficientes”. Em sua opinião, a deficiência faz parte da sua identidade ou você não se identifica com essa nomenclatura? Você acredita que o preconceito e a discriminação enfrentada pelos deficientes se fortalecem com esta nomenclatura? Poderia haver outra forma de identidade para os deficientes no Brasil?

*Pra chamar, pra se referir? **Sim, para se referir.** Olha, acho que não tem muita importância. A gente não leva muito em conta, as vezes tem pessoas no ônibus mesmo que geralmente chama cegos, normal assim. Mas... acho que não tem muito. **Quando você ouve alguém mencionar o nome deficiente ou pessoas deficientes, essa identidade você aceita normalmente essa nomenclatura ou você gostaria que as pessoas utilizassem outro termo?** É por que deficiência, digamos, seria vários tipos de deficiências. Então assim, pra mim eu não dou muita importância. Até a gente brinca, né! Lá na associação nós brincamos que “em terra de cego quem tem olho é rei” (risos)... A gente brinca muito, pra mim não é de muito importância assim. Pra mim não se leva muito em conta.*

5. Em sua opinião, a UNIPAMPA oferece condições necessárias para receber os alunos com deficiência atendendo a necessidade de cada um, oferecendo espaços adaptados, com profissionais preparados para atender todos os alunos independentemente do tipo de deficiência, apresentando uma estrutura com ótimas condições, contribuindo para o bem estar de todos os alunos? Há algum aspecto que precisa melhorar na Universidade?

*Olha, não da pra julgar muito, porque é como diz aquele ditado a gente “pegou com a boca na botija”. É quando a gente pega assim óh: _Pam!...Foi de surpresa. Fica um pouco difícil até de falar alguma coisa. **Você quer dizer que a Universidade ainda esta se adaptando as condições dos alunos?** Isso, ainda leva um tempo pra poder acostumar, para poder arrumar as coisas. Por exemplo, ali com o pessoal da inclusão que é o pessoal do Nilton Menezes, eles têm uma máquina, uma impressora em Braille, só que não está funcionando a impressora, mas eles têm. Eu tenho um gravador que gravo as aulas, geralmente os professores se comunicam muito por email, então pra nós está sendo bom igual. A única coisa que falta e que eu sugeria, talvez levasse um tempo, mas o ponto de identificação nas aulas, nas salas, nos lugares que eu acredito que será providenciado. Até para providenciar a questão da mobilidade dentro da Universidade mesmo e questão das partituras em Braille que a gente usa muito na questão da música. **Com relação aos profissionais da educação, os professores e servidores no seu ponto de vista eles estão adaptados***

ou estão se adaptando com relação à presença dos deficientes? Como você sente isso dentro da Universidade? Os professores são muito empenhados, são muito de acordo. Eu estou fazendo algumas aulas de práticas instrumentais. Por exemplo, nas aulas de flauta tem a monitoria de flauta que a guria (monitora) que nos dá aula individual comigo. Eu também tenho aulas junto com outro pessoal. O que acontece, as músicas de cada semestre os professores gravam pra mim qual nota que é tal música, eles solfejam, por exemplo: dó, dó, ré, ré, ré, dó, ré, mi....e depois eles tocam. Pra mim está sendo bom e maravilhoso! Pra mim está sendo uma experiência ótima! Tem algumas aulas individuais que eu tenho, as aulas de violão como eu nunca toquei. Daí fica ruim, geralmente os que estão na aula já tem alguma experiência. Já sabem tirar alguma música, já sabem fazer alguma coisa, já conhecem as notas e muitas vezes não sabem ler partituras. Daí não tem como o professor dar atenção pra mim e dar atenção pra eles. Ele escreve as partituras no quadro ou ele me mostra pra mim a nota. Então, teve que separar as aulas, mas não pra me excluir, porque rende mais. Daí ele fica só comigo, se eu tivesse já uma noção das notas, não precisaria. Mas, como eu preciso do básico, daí teve que separar e também tem a questão da harmonia um, da percepção, dessas coisas que as vezes tem que ser separado por causa da teoria. Ainda não tem partitura em Braille, então tem que ser individual e até rende mais também, né!

ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido



CAMPUS BAGÉ
ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL
QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS PARA PESQUISA ACADÊMICA

Trabalho de conclusão de curso

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: **“A DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE: A PRESENÇA DOS ESTUDANTES DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR”**

Pesquisador responsável: Maribel Moreira

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Telefone celular do pesquisador para contato (inclusive a cobrar): (53)84363186

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, na pesquisa **“A diversidade na universidade: a presença dos estudantes deficientes no ensino superior”** que tem por objetivo **contribuir com as discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior**. A justificativa da pesquisa se dá pela **necessidade de acreditarmos que esse tema ainda constitui-se como um desafio, tanto para os estudantes incluídos como também para aqueles que dividem espaço com estes**. Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Para a realização desta pesquisa faremos uso de uma **entrevista e um questionário online que está no seguinte link: <https://docs.google.com/forms/d/1EbnH52g2ZPWWiD1tA4rmaL409B-UqatSi1CWfgRa6s/viewform>** com os estudantes com deficiência da Unipampa - Campus Bagé que aceitarem participar do projeto e observaremos as informações fornecidas pelos participantes, recolhendo e analisando dados. Informamos ainda que manteremos em sigilo os nomes dos sujeitos da

pesquisa, preservando sua identidade profissional e resguardando-os de danos morais e sociais que possam afetar sua carreira ou imagem.

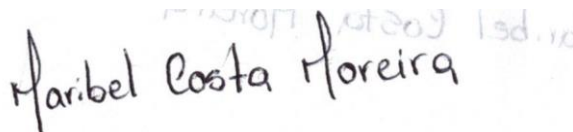
Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores, universidade à qual está vinculado o proponente e/ou pelas agências de fomento à pesquisa, caso o projeto venha a ser financiado.

Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas através de artigos ou apresentações em eventos da área da educação. Os sujeitos da pesquisa estarão cientes dos resultados da investigação e dos estudos feitos durante a investigação através da realização de reuniões nas escolas.

Nome do Participante da Pesquisa / ou responsável: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador Responsável: Maribel Moreira


Handwritten signature of Maribel Costa Moreira in black ink.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Local e data: _____

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Unipampa – Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592, Prédio Administrativo – Sala 23, CEP: 97500-970, Uruguaiana – RS. Telefone: (55) 3413 4321 - Ramal 2289 ou ligações a cobrar para 55-84541112. E-mail: cep@unipampa.edu.br.

ANEXO 2 – Roteiro para entrevista

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS:

- 1) Gostaria que você falasse sobre a sua trajetória de vida, principalmente contando um pouco de como foi a sua infância?

- 2) Com relação a deficiência, quais são as principais dificuldades e desafios que você já enfrentou e tem enfrentado no seu dia? Quando falo em dificuldades estou me referindo a acessibilidade nos diversos espaços públicos frequentados por você; como na rua, no transporte, na Universidade, na relação entre as demais pessoas com você, entre outros.

- 3) O seu ingresso na Universidade está entre as maiores conquistas que estão sendo realizadas na sua vida? Fale um pouco sobre o seu ingresso na Universidade. Como ocorreu esse processo e quais são suas expectativas com relação a sua formação e atuação no mercado de trabalho?

- 4) Atualmente quando nos dirigidos as pessoas deficientes utilizamos as nomenclaturas “pessoas deficientes ou deficientes”. Na sua opinião, a deficiência faz parte da sua identidade ou você não se identifica com essa nomenclatura? Você acredita que o preconceito e a discriminação enfrentada pelos deficientes se fortalecem com esta nomenclatura? Poderia haver outra forma de identidade para os deficientes no Brasil?

- 5) Na sua opinião, a UNIPAMPA oferece condições necessárias para receber os alunos com deficiência atendendo a necessidade de cada um, oferecendo espaços adaptados, com profissionais preparados para atender todos os alunos independentemente do tipo de deficiência, apresentando uma estrutura com ótimas condições, contribuindo para o bem estar de todos os alunos? Há algum aspecto que precisa melhorar na Universidade?